

conversas com um abolicionista do sistema penal (parte 2)

entrevista com
louk hulsman

Apresentação

Louk Hulsman é um abolicionista penal. Professor emérito da Universidade de Rotterdam e integrante de diversos foros internacionais — das Nações Unidas, do Conselho da Europa e das Sociedades de Direito Penal e de Criminologia.

Esta entrevista, dividida em duas partes — a primeira foi publicada no número 1 da revista *Verve* — faz parte do livro de Louk Hulsman e Jacqueline Bernart de Celis, *Penas Perdidas: o sistema penal em questão*. Rio de Janeiro, Luam, 1993. Traduzido por Maria Lúcia Karam, encontra-se esgotado aguardando uma nova edição.

Salete Oliveira

Experiências interiores

Jacqueline Bernart de Celis — *Louk Hulsman, acredito que você se defina melhor pelas experiências que teve, não?*

Louk Hulsman — De fato. É sempre através de uma determinada *combinação* de experiências, única ou rara enquanto combinação, que é possível apreender uma *pessoa*. O que esta pessoa viveu; as situações enfrentadas; as influências científicas abstratas que recebeu; os modelos que ouviu de explicação de si mesma e do mundo, as práticas que experimentou — é o cruzamento de tudo isso que a explica, muito mais do que os traços de caráter que a definiriam.

— *Quais foram as experiências marcantes em sua vida?*

— Já mencionei algumas de passagem. Mas, para efetivamente fazer compreender o que me mobiliza interiormente, será preciso retornar a elas. A experiência do internato, sem dúvida, foi uma das que mais me marcou; eu poderia até dizer que me traumatizou. Fui posto várias vezes no colégio interno. A última foi numa escola secundária mantida por padres, de onde fugi aos 15 anos. Embora meus pais naturalmente justificassem sua decisão de outra forma, eu acreditava que eles me mandavam para o colégio interno para me punir, pois minha mãe freqüentemente dizia que eu era uma criança difícil... Fui muito infeliz naqueles anos. Eu não conseguia suportar a disciplina, a atmosfera repressiva reinante no internato. E, como os outros se acomodavam, eu acabava sem amigos. Ficava isolado, numa espécie de marginalização que duplicava o sentimento de rejeição já experimentado em relação à minha família. Eu era uma criança que não correspondia ao que dela se esperava. Depois dessa, as experiências mais significa-

tivas foram as que vivi na guerra e na resistência. Já falei delas. Mas, gostaria de mencionar algumas coisas que ainda não disse e que me parecem fundamentais. Quando eu era criança, morávamos numa rua onde, na calçada em frente, começava a Alemanha. Fazíamos nossas compras em *Aix-la-Chapelle* e conhecíamos bem os comerciantes e todas aquelas pessoas que viviam do outro lado da rua. Quando veio a guerra e durante a ocupação, vi surgir — e eu mesmo vivi — comportamentos extremamente maniqueístas em relação aos alemães. Em um dado momento, eu talvez pudesse matá-los todos. Quando foram derrotados, percebi que, no fundo, eu não tinha nada contra eles e pude olhá-los sem ressentimentos... Já mencionei que fui capturado, preso e jogado num campo de concentração. Mas, agora que me refiro às experiências interiores, devo dizer que, na realidade, suportei muito melhor esse período de detenção — que, aliás, foi curto — do que os anos de internato.

— *Sério?*

— Parece espantoso. Mas, o preso *político* não perde a autoestima nem a estima dos outros. Ele sofre em todas as dimensões de sua vida, mas permanece um homem que pode olhar de frente. Não está diminuído. Esta experiência foi fundamental para mim, ao mostrar a importância de não se ser estigmatizado quando se é colocado à margem... Mas, ainda em relação à face oculta dos acontecimentos, como os interiorizei, eu diria que as circunstâncias da liberação igualmente me permitiram viver algumas coisas bastante significativas. Consegui fugir do campo de concentração — como fugira do colégio interno — esta primeira experiência tendo, sem dúvida, facilitado a segunda! Saltei de um trem que me levava para a Alemanha, quando — já tendo os americanos liberado o sul dos Países-Baixos — os alemães,

em retirada, transferiam os prisioneiros do campo de Amersfoort, onde eu estava, para o interior. Foi em setembro de 1944. Eu estava no norte do país, onde tive que ficar escondido durante sete meses, na casa de uma família amiga, até o dia em que, numa cidadezinha do norte também já liberada, reencontrei alguém do meu grupo da Resistência, que se tornara exército regular após a entrada dos americanos nos Países-Baixos. Este companheiro me daria uma identidade falsa e um uniforme, com os quais pude voltar para casa no sul sem problemas, apesar da proibição de atravessar o rio temporariamente imposta aos holandeses das duas zonas. Aderi, então, a esta unidade militar recém-saída da clandestinidade, desequipada, que roubava, sem culpas, tudo aquilo de que precisava. É aí que se situa a experiência — a dupla experiência — de que eu queria falar: nós roubávamos, pegávamos fuzis dos americanos, roupas dos ingleses, como eu peguei uma bicicleta dos alemães, com a mais limpa das consciências! Por outro lado, em uma semana, passei da condição de quem vive na clandestinidade ao status oficial de militar das forças de ocupação na Alemanha! Creia, isto é um convite para não mais relacionar o valor de um homem à sua condição jurídica ou social...

— *Será que poderíamos tentar descobrir, agora, como todas estas experiências juntas fizeram de você o que você é e, finalmente, definir o que o caracteriza?*

— Me parece que três idéias-chave poderiam simbolizar o que vivi em profundidade e o que continuo tentando ser: estar aberto; viver solidariamente; estar apto a uma permanente conversão.

— *Admitindo-se, como você propõe, que nossas decodificações valem tanto para nos revelar, quanto para*

revelar o mundo, seriam estas também as idéias-chave de um determinado humanismo?

— Sim, é isso.

— *Como, então, elas agem em você?*

— Experimentei, pela primeira vez, o sentimento de me *abrir* — ou, se você preferir, de sair de um fechamento — logo que, tendo definitivamente recusado o colégio interno, entrei no externato do liceu. Fui para uma turma onde não éramos mais que seis e todos nos entendíamos muito bem. Finalmente, tinha amigos; não estava mais só... Organizamos um monte de coisas fora da programação, começando por debates filosóficos. Depois, montamos um jornal que chamamos de *alternativo*, onde posávamos de contestadores.

— *Contestadores em relação a que?*

— Contestávamos a situação dentro da escola, mas também, indiretamente, a instituição Igreja, pois o liceu era administrado por padres franciscanos. Talvez tenha sido a partir desta época que passei a ver a vida como uma contínua descoberta, como uma *liberação*... Sim, um de meus sentimentos interiores mais fortes é o de viver a vida como uma liberação...

— *Eis um sentimento pouco difundido!*

— Não é difundido porque a educação, o discurso dominante, apresentam a vida e a sociedade de um modo distante das experiências pessoais. E, neste sentido, são alienantes. Mas, pode-se combater esta alienação, justamente ficando aberto... Algumas de minhas leituras já tinham contribuído para que eu saísse de meu fechamento. Quando eu tinha 17, 18 anos, devorava livros. O sistema escolástico no qual fui educado funda-se na objetividade. Descarta a pessoa, o sujeito, e nega a importância da afetividade, ou, melhor dizendo,

não dá a esta uma linguagem para se exprimir. Eu apreciava a arte romana, os cantos gregorianos, a sobriedade das igrejas pequenas e as liturgias suntuosas. Mas, eu tinha construído um universo *intelectual* — que não deixa de ter seus atrativos — no qual não havia lugar para os sentimentos. Eu nunca tinha tido, por exemplo, a idéia de ir dançar; e as cartas de amor, que em determinada época eu tinha escrito para minha mãe, pareciam-me inconvenientes. Minha visão de mundo era inteiramente truncada... Lembro-me do desejo enorme que eu tinha de poder responder à pergunta “o que é o *saber*?” e do particular interesse que dediquei a um livro de Merlau-Ponty, que mostrava o que há de *subjetivo* no conhecimento. Desde aquele momento, compreendi que o ato de conhecer encerra um vínculo, o vínculo entre o objeto que é conhecido e aquele que conhece, e que aquilo que chamamos de “realidade” é esta *interação*... Efetivamente, desde esta época, parti para a descoberta do mundo e de mim mesmo — e este é um processo que se realimenta: quanto mais descobertas fazemos, mais longe e mais rápido somos levados... Este processo de abertura para o mundo foi se acentuando depois. Paralelamente a meu curso universitário — eu fazia Direito na Universidade de Leyden — me engajei no grande movimento questionador que sacudiu a Igreja dos Países-Baixos a partir dos anos 1946/1947 e que foi um dos que prepararam o Vaticano II. Junto com políticos e padres, participei do comitê de redação da revista *A Décima-Primeira Hora*, onde, durante longos anos, antes e depois da guerra, persegui este objetivo de desinstitucionalização da Igreja, que, aliás, teve grande repercussão nos Países-Baixos.

— *Você trabalhou na desinstitucionalização da Igreja antes de trabalhar na do Estado?*

— Meu trabalho de desinstitucionalização do Estado é, na verdade, uma réplica daquele trabalho em relação à Igreja. Aliás, algo espantoso se passou. No começo, eu pensava que só havia realmente institucionalização na Igreja e que a secularização seria uma espécie de liberação...

— *E isto não é verdade!*

— Claro que não! Foi uma experiência bastante interessante e, ao mesmo tempo, decepcionante descobrir que o mesmo mecanismo combatido no seio da Igreja reaparecia no contexto dito secular. Reconheci muitas vezes seguidas, e sempre com a mesma surpresa, esta notável semelhança entre as estruturas estatais e as estruturas da Igreja-instituição. De todo modo, minha atividade a serviço da desinstitucionalização da Igreja me deu uma ótima idéia do mecanismo que deveria ser combatido em todos os casos. Isto iria me permitir, mais tarde, fazer úteis aproximações entre os princípios que informam as instituições do Estado, notadamente o sistema penal, e o sistema escolástico.

— *Em suma, quando você diz que é preciso estar aberto, isto significa que é preciso lutar sempre para evitar o isolamento, seja individual, seja coletivamente?*

— Sim, é isso. Se nos fecharmos em nossos sistemas, nas verdades que acreditamos possuir, passaremos ao largo da vida e nos será inteiramente impossível exercer qualquer influência sobre o que quer que queiramos fazer evoluir. Eu pude constatar diversas vezes que, quando queremos influir na realidade *sem conhecê-la tal como ela é*, as coisas se voltam contra nós. A princípio, como muita gente, tive esta experiência com meus filhos. Numa certa medida, mesmo sem querer, nós nos impomos às crianças e, quando procuramos planejar o que imaginamos ser bom para elas, raramente o resul-

tado é o que esperávamos. Isto porque não deixamos que a criança concreta, que temos diante de nós, se expresse; não a escutamos, da mesma forma que, no fundo, tampouco escutamos a nós mesmos...

— *E tal atitude nos distancia da vida?*

— Ela é constantemente questionada pela realidade. Façamos um parêntese: a desumanidade do sistema penal está, em parte, na situação em que reciprocamente se colocam o imputado e os agentes que tratam com ele. No contexto deste sistema, onde aquele que é acusado não pode verdadeiramente falar, onde não tem a oportunidade de se expressar, o policial ou o juiz, mesmo que queiram escutá-lo, não podem fazê-lo. É o tipo mesmo de relações instituídas por este sistema que cria situações desumanas... Voltando às minhas experiências pessoais, eu poderia dizer que, num dado momento, constatei que todas as espécies de reforma concebidas para por fim a determinadas injustiças — reformas realizadas por mim mesmo ou por outros — se voltavam contra o projeto inicial, criando ainda mais repressão e mais impotência. Ou ainda, que todos os esforços despendidos, não importa quão intensos, restavam absolutamente ineficazes, como que absorvidos ou neutralizados pelo sistema. Pouco a pouco, compreendi que o malogro, na verdade vem do fato de termos uma falsa idéia da realidade das estruturas que procuramos manejar, confundindo *legitimação* e *realidade*.

— *Escutando isso que você diz, surge uma possível objeção: se antes de pretender transformar o que existe, é preciso saber como as coisas realmente se passam, não nos arriscamos a cair numa espécie de imobilismo?*

— Eu não disse que é preciso se abster de qualquer ação até o momento em que se saiba tudo! Mas, certamente, é necessário conhecer bem o terreno onde

se pisa e estar atento ao que se passa, ao longo de toda ação. E, para conhecer a materialidade e o funcionamento das estruturas que se quer mudar, é preciso desenvolver uma *prática*. A verdadeira compreensão é resultado da prática e da reflexão sobre ela. Daí minha participação espontânea em inúmeras práticas, a que “normalmente”, dada minha posição na vida, eu não teria tido acesso. Participação ou proximidade real. Assim é que quis conhecer pessoas nascidas noutras camadas sociais, ou pertencentes a outras sociedades, como os indígenas da América e alguns povos da Índia; pessoas definidas como *desviantes*: presos, egressos, crianças “problemáticas”, “doentes” mentais, minorias sexuais, drogados, *squatters*;¹ especialistas de outras disciplinas, como sociólogos, antropólogos, historiadores, assim como os agentes do sistema — policiais, juízes, administradores de prisões. Particpei de centenas de reuniões, pertenci a toda espécie de comissões, grupos de trabalho, grupos de ação, que me abriram e mexeram comigo. As idéias falsas se incrustam em nós porque vivemos em compartimentos que nos separam da experiência de outras pessoas, que, por sua vez, vivem em outros compartimentos. Pessoalmente, fiz tudo para sair ao máximo de meu compartimento, o que, aliás, me proporcionou experiências apaixonantes...

— *Se você tivesse que resumir em algumas frases o que você aprendeu em tantos encontros e trocas com pessoas, vivendo experiências tão diversas, o que você diria?*

— Hoje sei, com certeza, que muitas das pretensas verdades ou pretensos conhecimentos são falsos. Como a maioria das pessoas, fui educado para apreender o social segundo um código voluntarista. O discurso político, o discurso jurídico nos impelem a ver o social deste modo, presumindo-se a introdução de uma certa

intencionalidade nos processos sociais e sua conformidade com tal intencionalidade. Entretanto, acabei compreendendo que o enfoque voluntarista só funciona onde os homens têm relações cara-a-cara, relativamente igualitárias, e que o enfoque fenomenológico ou o enfoque materialista — que partem das condições de vida — são muito mais apropriados para se entender a realidade social do que o enfoque normativo... Todos estes encontros, todos estes debates de que participei; ouvir tantas pessoas diferentes; tudo isso também me levou a desmistificar a idéia de uma pretensa superioridade das sociedades industrializadas sobre as sociedades tradicionais. Hoje estou convencido que em certos aspectos deveríamos nos inspirar em ordenamentos existentes nas sociedades tradicionais, que, aliás, subsistem em nossas sociedades, embora o discurso oficial os ignore totalmente. Na realidade, são estes os elementos mais vitais em nossas sociedades industrializadas.

— *Numa certa medida, não seria essa uma proposição ao mesmo tempo utópica e regressiva?*

— De forma alguma! Em primeiro lugar, não prego um retorno *romântico* às sociedades tradicionais. Por outro lado, é preciso desconfiar especialmente desta idéia de *regressão* que você levantou e a que freqüentemente se costuma apelar. O que se vê quando observamos nossas sociedades? Desenvolveu-se nelas um modo de produzir bens materiais fundado em alguns princípios; divisão do trabalho, hierarquização, disciplina, seleção, importância do quantificável e importância do poder de análise. Não nego que este enfoque tenha sua utilidade — permitiu pôr fim a uma certa pobreza. Mas, mesmo nos limites precisos da produção de bens materiais, ele não deixa de ter problemas. E se quer estendê-lo a todos os domínios da vida: à saúde, à educação, à habitação, ao meio ambiente e, até mesmo,

aos conflitos inter-pessoais. E aí, ele é absolutamente nefasto. Este desenvolvimento da racionalidade própria da industrialização nos campos mais importantes e mais profundos da vida é *catastrófico*.

— *De fato, muitos pensadores dizem que os fenômenos da vida são dificilmente observáveis apenas à luz desta racionalidade de que você fala.*

— Você tem razão; não estou dizendo nenhuma novidade. Quase todo mundo percebe aí um grande problema. Mas, geralmente — e, às vezes, eu também — fala-se isso de forma abstrata. Mais profundamente, no que diz respeito a minhas experiências pessoais, vivo esta onda de racionalidade como uma espécie de cancerização. Até na minha própria participação na vida social, percebo o quanto este enfoque, que se expande mais e mais rapidamente, cava um abismo cada vez mais profundo entre o modo como se apresentam as coisas e a realidade vivida, e o quanto se é confinado por este processo a uma *sociedade de aparências*. Ora, quando o que se diz é profundamente diferente daquilo que verdadeiramente se passa e daquilo que se faz, muitas pessoas experimentam um forte sentimento de impotência e se desinteressam do que ocorre na vida social, achando que esta não lhes diz respeito.

— *Você acredita, então, que um certo retorno às sociedades tradicionais nos seria benéfico?*

— Eu o afirmo. Os países industrializados, na etapa histórica em que se encontram, são chamados a revalorizar princípios típicos das sociedades tradicionais. Estas conhecem ordenamentos sociais que implicam em *menos* divisão do trabalho. E, onde esta existe, é aplicada muito mais com um *caráter complementar* do que num quadro institucional. Nas sociedades tradicionais, há menos lugar para a quantidade. O *aspecto*

qualitativo é que tem aí maior importância. A visão analítica não sufoca o *enfoque intuitivo e globalizante da vida*, que nelas predomina. É preciso voltar a isto.

— *Como fazê-lo na prática?*

— É preciso tentar desprofissionalizar, desinstitucionalizar, descentralizar.

— *Fácil de dizer!*

— É certo que pode parecer extremamente difícil sair disso. Nós — ou seja, as pessoas como eu, que recebemos uma formação profissional — nós somos de tal forma *colonizados* pelo enfoque institucional que, mesmo quando queremos desinstitucionalizar e descentralizar, a toda hora recaímos no modelo de que tentamos fugir. Nós perdemos o hábito, a capacidade, o modo de agir não-institucional sobre o plano social global. Ora, se quisermos reencontrar os princípios do ordenamento social que presidem as sociedades tradicionais, não poderemos tentar reintroduzi-los no interior do modelo institucional, que, além do mais, é incompatível com eles.

— *Como fazer, então?*

— A meu ver, a única maneira de deter a cancerização institucional para revalorizar outras práticas de relacionamento social é desinstitucionalizar na perspectiva *abolicionista*.

— *Todos os caminhos levam você ao abolicionismo...*

— É verdade. As outras idéias-chave que mencionei — *solidariedade, conversão* — também me levam para lá, ao mesmo tempo que dão conta da minha identidade.

— *Você poderia explicitar isso?*

— Tomemos a palavra “solidariedade”. Para mim, ela está ligada à maneira pela qual percebo minha própria existência. É uma espécie de motor interno. Creio que meu sentimento de solidariedade está profundamente enraizado num forte sentido de igualdade entre os homens. Mas, atenção: uma noção de igualdade totalmente oposta à que, em geral, propõem o discurso oficial e a prática institucional de nossas sociedades.

— *Como assim?*

— A noção de igualdade mais comumente utilizada pela prática e pelo discurso institucionais exclui a diversidade. A noção oficial de igualdade traz implícita uma simplificação da vida. As instituições, para tornar as coisas maleáveis, reduzem-nas à sua natureza institucional. Isto está em total contradição com minha noção de igualdade, que, a meu ver, é sinônimo de diversidade. Há um importante livro de Van Haersolte que esclarece bem esse ponto. É uma obra sobre a personificação dos sistemas sociais. Van Haersolte, que é professor de Filosofia do Direito, se pergunta em que nível poderia se situar o Estado, enquanto corpo social, considerando tudo o que existe: os homens, as plantas, as pedras, as instituições em geral. Para ele, a *pessoa* se constitui de um determinado nível de integração de informações e sua qualidade depende deste seu nível de integração. Admitindo a possibilidade de personalizar o Estado como corpo social, ele então faz um alerta contra a tendência de lhe conferir o status mais alto: o Estado, diz ele, do ponto de vista da integração, talvez possa ter algum parentesco com um *verme*, mas certamente não com uma pessoa *humana*! Fiquei muito impressionado com esta imagem. Não nego que as instituições possam ter uma certa utilidade, na medida em que fornecem marcos organizativos para regulamentação de determinadas atividades. Mas, estou convencido que

têm uma vida bem inferior à do homem. O menos inteligente dos homens: que maravilha de integração ao nível das tarefas que tem a cumprir! E uma instituição, ao nível de suas tarefas: quão limitados são os papéis que pode desempenhar! E, em nossas sociedades industrializadas, as instituições, especialmente o Estado, se personificam a tal ponto que de um *verme* fazemos um *deus*! Ao invés de atribuirmos ao Estado e às instituições em geral um papel modesto e subordinado, os seres humanos é que são colocados em último lugar. Os seres humanos são degradados, inferiorizados. E a vida humana, que é de uma riqueza e de uma capacidade de adaptação ímpares, acaba reduzida à natureza simplificadora e compartimentalizada das instituições.

— *Na medida em que falamos de solidariedade, talvez devêssemos dizer com que ou com quem nos sentimos solidários...*

— Para mim, solidariedade jamais significará comprometimento com qualquer ordenamento social ou institucional. A solidariedade de que falo é sempre uma solidariedade vivida com seres ou grupos concretos: pessoas, animais, objetos concretos.

— *Até objetos?*

— Quando nos encontramos numa região desértica ou pouco povoada, a matéria — a madeira, por exemplo, ou uma pedra — adquire uma outra dimensão, tornando-se “próxima”... Sim, eu vivo em solidariedade com cada elemento do mundo, mas não com as instituições ou seus símbolos. Em nossas sociedades, muitos sentimentos de solidariedade se manifestam em torno de determinadas instituições ou de seus símbolos. Eu tenho horror disso. Este tipo de solidariedade me dá arrepios.

— *A este ponto?*

— Exatamente. Acho que a origem desta reação vem de experiências da juventude. Lembro-me bem dos discursos que eu ouvia no rádio e das reações das massas, antes de Hitler chegar ao poder e principalmente depois que o alcançou. Vi esta espécie de solidariedade, que execro, se expandir pela Alemanha. Eu era criança e, como morávamos perto da fronteira, senti a atração, o magnetismo que esta forma de solidariedade exercia sobre mim e sobre os outros, pressentindo, ao mesmo tempo, o enorme perigo que representava... A solidariedade de que falo é uma noção bastante sutil, que jamais poderá ser completamente apreendida e de que dificilmente nos damos conta. É um sentimento de dependência mútua, que, para mim, é, de certa forma, a própria definição da vida. Todos nós existimos juntos numa espécie de comunhão cósmica. Quando se tem consciência disso, desenvolve-se uma espécie de respeito, de delicadeza, de ajuda mútua. Isto implica num sentimento de responsabilidade, numa especial atenção para com os mais fracos, os que estão em dificuldades. É um sentimento vital que a liturgia de Pentecostes exprime de forma particularmente feliz: “Vinde, Espírito Santo... vinde a nós, pai dos pobres... vinde, luz de nossos corações... purificai aqueles que estão maculados, banhai aqueles que estão secos, curai os que estão feridos... abrandai os que são rígidos, aquecei os que têm frio, orientai aqueles que estão perdidos...” Esta *seqüência* sempre me tocou bastante, porque, sem dúvida, reproduz uma espécie de clima interior semelhante ao que me faz reconhecer o direito à vida de toda forma de existência. Não se pode recusar a ninguém o direito de viver à sua maneira, quando se reivindica, para si, este mesmo direito. Por conta da educação que recebemos em nossa sociedade, me vi confrontado com uma visão de mundo que recusa tal direito. Já mencio-

nei como, no colégio interno, tentaram me convencer de que eu era diferente dos outros: sendo católico, era melhor do que aqueles que não pertenciam a este grupo. Visceralmente, jamais pude aceitar isso e, no curso da vida, fui levado a rejeitar todas as separações, todas as visões de mundo que excluem outras formas de vida, inclusive as que fazem do homem um ser completamente aparte. Para mim, os animais e o que se chama de “natureza” estão incluídos na comunhão universal.

— *Então, você deve se sentir bem dentro da proposta franciscana...*

— Se nos situarmos no mundo cristão. Mas, também me identifico com a experiência de vida dos indígenas da América. Ou ainda, considerando ideologias nascidas nas sociedades industrializadas, com a corrente ecológica.

— *Você, às vezes, não é acusado de uma certa inocência angelical?*

— Em que sentido? Não ignoro que o social necessariamente se encontra em situação de conflito. E, exatamente a este respeito, minha linguagem é certamente menos utópica do que a linguagem tradicional, notadamente a do sistema penal, que se apóia em um pretenso consenso absolutamente irreal...

— *O que eu queria dizer é que poderia parecer irrealista o fato de se contemplar passivamente todas as maneiras de ser, sem, às vezes e energicamente, tomar partido contra algumas delas.*

— Reconheço que meu modo de falar de solidariedade pode se prestar a interpretações de que eu jamais sentiria qualquer agressividade. Mas, isto é totalmente falso. Os sentimentos de que falei não excluem nem o espírito de luta, nem a agressividade, nem a eli-

minação de determinadas situações ou maneiras de agir. Sou capaz de sentir rejeições extremamente fortes e apaixonadas.

— *Como é possível viver numa intensa comunhão com todas as formas de vida e, ao mesmo tempo, sentir vontade de destruir um adversário?*

— Eu não confundo — ou melhor, não confundo mais — meus adversários com aquilo que eles defendem e que acho que devo combater. Jamais fui pacifista — isto é um fato. Foi a um braço *armado* da Resistência que pertenci durante a ocupação e continuo achando que era assim que eu tinha que participar daquela luta. É certo que, naquela época, eu ainda não tinha a visão clara de que o adversário não deveria ser confundido com a guerra. Mas, distanciado no tempo e a partir das experiências vividas depois, posso dizer que o tipo mesmo de solidariedade que experimento no mais profundo de meu ser me impede, pelo menos agora, de confundir as pessoas envolvidas num combate com as situações ou os ordenamentos sociais contra os quais me levanto e com os quais estas pessoas se acham comprometidas.

— *Como você faz para conjugar seu lado que poderíamos chamar de “moralizante” com um sentido de solidariedade que quer dar a cada um a oportunidade de viver seu próprio modo de existência?*

— De fato, a primeira vista, isto pode parecer paradoxal. Mas, na minha prática de vida, não é. Fundamentalmente, não me permito julgar, avaliar uma situação, sem antes tentar extrair um modo de vida de seu interior e de sua globalidade. Não parto mais da idéia de que uma outra forma de vida é, *a priori*, pior do que a minha. Além disso, tenho uma curiosidade natural que me impele a me interessar por tudo que é diferente e a

ter prazer em descobri-lo. Para mim, a descoberta de um outro modo de ser no mundo não é uma experiência negativa, mas sim estimulante!

— *Mas, o que você faz quando, tendo avaliado uma situação de seu interior e a colocado em seu contexto global, seu julgamento é crítico?*

— Sem dúvida, é preciso fazer aqui uma distinção importante. Pessoalmente, posso considerar nocivos, maus ou indignos um determinado modo de vida ou uma determinada situação na vida. Por exemplo, o lugar reservado à mulher em algumas sociedades. Mas, se as próprias interessadas não vêem aí um problema, penso que eu jamais deveria *impor* meu ponto de vista. Num tal contexto, posso apenas procurar incentivá-las a uma mudança, que devem realizar por si mesmas. A história está cheia de processos de mudança que provocaram desgraças imensas exatamente porque se quis impor aos outros, para seu bem, um modo de vida “melhor”, sem consultá-los. Este modo de agir me parece profundamente contrário à igualdade fundamental dos homens, como a entendo. Isto quer dizer que, para participar de um processo de mudança num caso desses, meus meios são limitados. Posso tentar convencer; posso desmistificar certas coisas; posso apontar outros modos de agir — numa espécie de *convite* para que o outro empreenda ou participe de um processo de mudança. E, estando no poder, procurarei os meios de proporcionar condições que permitam a este outro ou a estes outros descobrir um outro modo de vida — sem jamais ignorar seu *direito fundamental* de viver segundo sua própria visão das coisas. O outro caso é mais simples: quando alguns submetem outros a um modo de vida que acarreta danos ou injustiças. Aqui, nos encontramos em pleno conflito. E, se me engajo neste conflito, vou participar de uma ação — talvez uma luta — em

curso, na qual tratarei de desempenhar um papel útil, que seja, ao mesmo tempo, compatível com minha visão de mundo. Isto quer dizer que farei tudo para *jamais desumanizar* meus adversários, o que, naturalmente, poderá colocar toda sorte de problemas no plano concreto.

— *Você não acredita na maldade humana?*

— Foi pergunta que meu filho me fez, quando tinha 4 ou 5 anos. “Pai, existem pessoas verdadeiramente más?”, ele perguntou. E respondi: “Não sei, Lodewyk; eu nunca conheci nenhuma”. Hoje, 28 anos mais tarde, ainda posso dizer que jamais encontrei alguém de quem eu estivesse inclinado a dizer, após ter estabelecido um contato verdadeiro: “trata-se de um homem mau”. Conheci muitas pessoas difíceis. Muito freqüentemente encontro pessoas aborrecidas. Mas, nunca alguém que, após um esforço de compreensão, me tenha parecido repugnante, ou mesmo essencialmente distante de mim. Para mim, cada ser é, ao mesmo tempo, profundamente diferente e existencialmente próximo. Isto me livra de explicações do mundo que se assentam em discriminações e pretendem provocar o isolamento de algumas pessoas vistas como más. Minha própria experiência pessoal me convenceu que tais explicações — aliás derivadas do enfoque voluntarista de que falamos — são pouco realistas e menos proveitosas para a vida social do que o enfoque fenomenológico, que é o meu. A criminologia anglo-saxã mostrou que o “criminoso”, a partir da definição que ele dá da situação, acha seu comportamento mais ou menos “normal”, ou, pelo menos, não pior do que o comportamento da maioria das pessoas. Assim, quando se admite que o outro possa dar àquilo que ele vive um sentido respeitável — mesmo que, pessoalmente, não se simpatize com sua maneira de ver — podem-se encontrar respostas *humanas* para

as situações conflituosas. As explicações teóricas que se apóiam em distinções maniqueístas, ao contrário, desembocam num *dessolidarizar-se*, que, para mim, é inaceitável.

— *Você mostrou como algumas experiências o levaram a não dar crédito senão aquilo que você possa verificar pessoalmente, não só pela observação e pelo raciocínio, mas por uma espécie de comunhão interior com os seres — aquilo que você chama de seu sentimento de solidariedade. Você mencionou sua desconfiança para com as instituições — redutoras por natureza — e sua fé no homem, em todos os homens, em direção aos quais você é impulsionado por uma aptidão especial de abertura para o outro. Mas, para realmente explicar sua posição abolicionista, você disse que tinha que recorrer a uma outra de suas atitudes profundas...*

— Sim, para explicar totalmente quem sou, é preciso que eu tente demarcar uma última experiência fundamental, aquela da conversão.

— *Em que sentido você emprega esse termo?*

— Vou usar uma metáfora. Podemos definir a nós mesmos como uma espécie de armário composto de múltiplas gavetinhas. Aí organizamos todos os dados que nos chegam: o que vemos, as mensagens que recebemos do exterior ou do interior; aí arquivamos também nosso saber. E temos a tendência de recusar as mensagens que não coincidem com esta organização pessoal. Se não temos mais gavetas, ou se aquilo que nos chega não vem no formato que se ajusta às gavetas existentes, nós o eliminamos. Mas, se ao invés de rejeitar o dado novo, aceitamos rever todas as classificações e reorganizar todas as gavetas, estaremos diante da *conversão* de que falo. Na realidade, a conversão sempre implica num salto, porque não se sabe exatamente no

que vai dar uma tal reorganização. E um salto mortal, pois a conversão necessariamente se produz em dois níveis: o da *compreensão* da realidade e, paralelamente, o da *prática* que dela decorre.

— *É angustiante, não?*

— As vacilações que podemos ter diante do salto diminuem à medida em que vamos fazendo este tipo de experiência. No que me diz respeito, eu não falaria de angústia. A ansiedade experimentada diante de uma conversão necessária vem da idéia de que vamos perder nossa identidade. E minha experiência me demonstrou o contrário. Jamais perdi qualquer coisa minha nos saltos que dei. Tudo foi reinterpretado com novos significados, mais profundos e mais verdadeiros. Numa conversão, não nos perdemos; nos encontramos a nós mesmos. Foi por ter sentido este fenômeno como extremamente proveitoso que, em determinado momento, pude saltar para a posição abolicionista.

— *Mas, o abolicionismo não poderia permanecer como uma posição pessoal solitária!*

— Exatamente! Eu pretendia dizer que há dois tipos de conversão: a individual e a coletiva. Para abolir o sistema penal, será preciso uma conversão coletiva.

— *As conversões coletivas são raras.*

— É isso que quase todo mundo pensa. Ouvimos pessoas falando à nossa volta de uma forma que deixa a impressão de que os ordenamentos sociais tal como existem são eternos, ou, se não o são, só mudariam muito lentamente. Durante um bom tempo, partilhei desta opinião, mas a experiência fez com que eu aprendesse a me libertar desta idéia.

— *Você teve a experiência de conversões coletivas?*

— Todos nós tivemos esta experiência! Em primeiro lugar, através da história, sabemos que todas as civilizações viveram de acordo com ordenamentos e expressaram visões que, hoje, são totalmente incompreensíveis. Como se pôde acreditar nas bruxas e acreditar ainda que, queimando-as, se poderia evitar toda sorte de catástrofes? Hoje em dia, entre nós, ninguém poderia aderir a uma tal idéia, nem reivindicar um retorno a tal prática. É certo que este exemplo pode parecer distante e se poderia dizer que tais crenças desapareceram *gradualmente*. Mas, é possível citar outros exemplos mais próximos de nós e que evocam reviravoltas espetaculares: a abolição da escravatura e a proibição de castigos corporais nas escolas, pondo fim, subitamente, a práticas que não compreendemos mais não só como podiam ser aceitas, mas sobretudo como podiam ser desejadas ao nível dos princípios.

— *Os exemplos que você dá são bastante convincentes, mas se situam numa história que não vivemos. Você falava de experiências pessoais!*

— Sim. E, quando examino minhas próprias experiências, constato que, em quase 60 anos, vi mudanças enormes que ninguém podia imaginar que se produziriam tão rapidamente. Vou mencionar duas delas, que me impressionaram particularmente; a primeira foi a mudança operada na Alemanha, no momento em que os nazistas chegaram ao poder. Eu vi como, em poucos anos, o modo de compreender a sociedade e de considerar determinados grupos da população — os judeus — mudou na mentalidade de muitas das pessoas e como, ao mesmo tempo, suas práticas se modificaram. Por outro lado, também vi como, depois da guerra, da mesma forma e ao inverso, nasceram novas visões e suas práticas correspondentes, tão rapidamente quanto aquelas...

— *Você falava de um outro exemplo...*

— Sim, e igualmente surpreendente. Nasci numa região dos Países-Baixos onde, como já mencionei, as instituições da Igreja dominavam quase que totalmente as instituições civis: bibliotecas, escolas, sindicatos estavam nas mãos da Igreja institucional, que, evidentemente, também exercia seu domínio sobre as práticas cotidianas, notadamente sobre a questão das relações sexuais e da utilização de técnicas anticoncepcionais. Qualquer observador destas práticas diria que se tinham ali opiniões irremovíveis. Eram opiniões motivadas pelas posições oficiais da Igreja e eu vi toda essa rede institucional se desmoronar *em cinco anos!* Neste curto lapso de tempo, as pessoas se libertaram das obrigações da Igreja institucional e modificaram profundamente certas práticas ligadas à ideologia veiculada por esta instituição, notadamente seu comportamento sexual. Antes que um tal acontecimento se produzisse, eu teria dito que era impossível que num intervalo tão curto relações pessoais se modificassem em profundidade naquilo que têm de mais íntimo. Mas, eu *assisti* este acontecimento! E dele extraí a firme convicção de que não se deve jamais considerar impossível uma conversão coletiva, no sentido em que emprego este termo.

— *Tampouco se pode assegurar que ela vá se produzir!*

— É verdade. Ninguém pode pretender controlar ou provocar voluntariamente uma mutação. E muita gente tem razão ao dizer que, de onde está, não pode fazer nada ou quase nada. Mas, cada um, esteja onde estiver, pode, ao menos, se libertar da idéia de que toda aspiração de mudança é em vão. Toda pessoa que, no mais fundo de si mesma, rejeita como mau um certo estado de coisas, pode fazer frutificar interiormente,

como uma força positiva, seu desejo de mudança e viver, como diz o apóstolo, “neste mundo, sem ser deste mundo”. Em termos cristãos, isto tem um nome: *esperança*.

Nota

¹ Ocupantes ilegais de habitações abandonadas. (Nota da tradutora)